



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

**Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes**

---

### **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS**

# **FLASH**

# **5889**

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Wellington Pimenta de Figueiredo

**Espécie:** Resolução

**Categoria:** Aprovada

**Autoria:** Comissão de finanças, orçamento e tomada de contas

**Data:** 26/06/2001

**Descrição Sumária:** RESOLUÇÃO Nº 27, de 04/07/2001. Dispõe sobre as Contas do Município de Montes Claros, relativas ao exercício financeiro de 1998. (Aprovadas).

**Controle Interno – Caixa:** 2.1    **Posição:** 04    **Número de folhas:** 49

---

*Resolução nº 27/2001*

Espece: PR  
Categoria: Contas do município  
Cl: 2.1  
Ordem: 04  
nº fls: 46



*04-07-2001*

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_/2001

AUTOR:

Com. De Finanças, Orçamento e Tomada de Contas

ASSUNTO:

Dispõe sobre as contas deste Município, relativas ao

exercício financeiro de 1.998.

*Caixa*

### MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 26/06/2001
- 2 - À Comissão de Legislação e Justiça
- 3 -
- 4 -
- 5 - APROVADO EM REGIME DE URGÊN
- 6 - CIA. EM 04.07.2001, SALVO EMENDA.
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

RESOLUÇÃO Nº 27, de 04 de junho de 2.001.

Dispõe sobre as Contas deste Município, relativas ao exercício de 1998.

A Câmara Municipal de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, aprovou e, por seu Presidente promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** - Ficam aprovadas as Contas da Prefeitura Municipal de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, relativas ao exercício financeiro de 1998 (mil novecentos e noventa e oito)

**Parágrafo Único** - As ressalvas contidas no Parecer Prévio do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais foram devidamente sanadas, com a aprovação da Lei nº 2.905, de 30 de maio de 2.001, convalidando atos do Executivo Municipal, sob forma de créditos especiais, os créditos suplementares abertos ao orçamento do Município de Montes Claros-MG, do exercício financeiro do ano de 1.998 no valor de R\$ 389.366,28 (trezentos e oitenta e nove mil, trezentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos), seguindo orientação daquela Corte de Contas.

**Art. 2º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 04 de julho de 2.001.

SEBASTIÃO PIMENTA  
PRESIDENTE DA CÂMARA

MARIA HELENA DE Q. LOPES  
1ª SECRETÁRIA

JORNAL DE NOTÍCIAS 05/07/2001



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## RESOLUÇÃO N.º 27, de 04 de julho de 2.001.

Dispõe sobre as Contas deste Município, relativas ao exercício de 1998.

A Câmara Municipal de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, aprovou e, por seu Presidente promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** - Ficam aprovadas as Contas da Prefeitura Municipal de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, relativas ao exercício financeiro de 1998 ( mil novecentos e noventa e oito ).

**Parágrafo Único** – As ressalvas contidas no Parecer Prévio do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais foram devidamente sanadas, com a aprovação da Lei nº 2.905, de 30 de maio de 2.001, convalidando atos do Executivo Municipal, sob forma de créditos especiais, os créditos suplementares abertos ao orçamento do Município de Montes Claros-MG, do exercício financeiro do ano de 1.998 no valor de R\$ 389.366,28 ( trezentos e oitenta e nove mil, trezentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos), seguindo orientação daquela Corte de Contas.

**Art. 2º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam – se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 04 de julho de 2.001.

  
**SEBASTIÃO PIMENTA**  
**PRESIDENTE DA CÂMARA**

  
**MARIA HELENA DE Q. LOPES**  
**1ª SECRETÁRIA**





AS COMISSÕES  
26.06.2001

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º \_\_\_\_/2001

Dispõe sobre as Contas deste Município, relativas ao exercício de 1998.

A Câmara Municipal de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, aprova e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovadas as Contas da Prefeitura Municipal de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, relativas ao exercício financeiro de 1998( mil novecentos e noventa e oito ).

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros-MG, 25 de junho  
de 2001

A Comissão de Finanças, orçamento e Tomada de Contas:

  
Vereador José Marcos Martins de Freitas

  
Vereador Joséilson Alves dos Santos

Vereador Aldair Fagundes Brito

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

E JUSTIÇA

EM 27 DE JUNHO DE 2001

PRÉSIDENTE

É LÍCIDO E CONTINÚO

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

APROVADA  
04.09.2001

**EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_/2001, QUE  
DISPÕE SOBRE ASCONTAS DESTES MUNICÍPIO RELATIVAS AO  
EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 1998**

**EMENDA ÚNICA: Art. 1º - Fica acrescentado o parágrafo único ao  
art. 1º do referido projeto, que passa a vigorar com a seguinte redação:**

**Parágrafo Único – As ressalvas contidas no  
Parecer Prévio do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas  
Gerais foram devidamente sanadas, com a aprovação de da Lei nº 2.905,  
de 30 de maio de 2001, convalidando atos do Executivo Municipal, sob a  
forma de créditos especiais, os créditos suplementares abertos ao  
orçamento do Município de Montes Claros-MG., do exercício financeiro  
do ano de 1998 no valor de R\$ 389.366,28 (trezentos e oitenta e nove mil,  
trezentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos), seguindo  
orientação daquela Corte de Contas.**

**Sala das Sessões, 28 de junho de 2001**

  
**VEREADOR JOSÉ HÉLIO GUIMARÃES**

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

E JUSTIÇA

EM 24 DE JULHO DE 2001

PRESIDENTE

E desal e Const. Tuirion

Amor Ven

Obece





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Ofício n.º 1669/1ª Câmara/2001**  
**Ref. Processo n.º 605924**

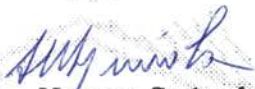
Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2001.

Senhor Prefeito,

Por ordem do Exmo. Sr. Presidente da 1ª Câmara, Conselheiro Simão Pedro Toledo, cientifico-lhe de que este Tribunal, em Sessão de 05.09.00, emitiu Parecer Prévio referente à Prestação de Contas da Prefeitura de Montes Claros, exercício de 1998, relativa à gestão de V.Sa., conforme cópias anexas.

Na oportunidade, informo-lhe que o referido Parecer está sendo enviado ao Presidente da Câmara para posterior julgamento.

Ao ensejo, protestos de consideração.

  
Leisa Nunes Spínola  
Diretora da Secretaria da  
Câmara dos Municípios  
1ª Câmara

Exmo. Sr.  
Jairo Ataíde Vieira  
Prefeito do Município de Montes Claros  
Av. Cula Mangabeira, 211 - Centro  
39401-001 - Montes Claros - MG

JSBR/cr



**PELA AUDITORIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE: MONTES CLAROS**

**EXERCÍCIO DE: 1998**

**PROTOCOLO No.: 605.924**

Trata-se de processo de Prestação de Contas Municipal, tendo sido aberta vista ao Sr. Prefeito, que justificou-se quanto às irregularidades em sua defesa às fls. 63 a 133.

A Auditoria ao analisar o minucioso reexame elaborado pelo Órgão Técnico às fls. 135 a 140, apresenta as seguintes considerações relativa à irregularidade que fica mantida:

**1- DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**


**1.1 CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS ILEGALMENTE**

Item: 1.3 - B fls. 25 e 135 Valor: R\$ 389.366,28

Trata-se de irregularidades passíveis de débito ao Ordenador, tendo em vista o descumprimento do disposto no art. 42 da Lei no. 4.320/64.

**CONCLUSÃO:** Considerando a irregularidade apontada, a Auditoria opina pela emissão de parecer prévio favorável à Aprovação com ressalva das contas da Prefeitura Municipal de MONTES CLAROS, exercício de 1998.

Tribunal de Contas, em 28 de Julho de 2000

  
Edson Antonio Arger  
Auditor

ANB/kap





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



NOTAS TAQUIGRÁFICAS

PRIMEIRA CÂMARA

SESSÃO DO DIA 05.09.00

ASSUNTO: PARECER PRÉVIO SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 605924,  
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, EXERCÍCIO  
DE 1998

RELATOR: CONSELHEIRO MOURA E CASTRO

CONSELHEIRO MOURA E CASTRO:

Trata-se de processo de Prestação de Contas do Município de Montes Claros, exercício de 1998, no qual foi determinada abertura de vista ao Prefeito, Sr. Jairo Ataíde Vieira, para que se manifestasse acerca das irregularidades apontadas pelo Órgão Técnico às fls. 23/46.

O interessado manifestou-se, conforme documentação juntada às fls. 61/132, tendo o Órgão Técnico procedido ao reexame dos autos, fls. 135/136.

A Auditoria e a Procuradoria opinaram pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, com ressalvas, conforme verifica-se às fls. 143/144.

À fl. 135, constatou-se a abertura de Créditos Especiais sem a devida cobertura legal. Tal irregularidade poderá ser sanada caso a Câmara Municipal sancione a lei autorizativa para abertura dos créditos.

VOTO: Pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas do Município de Montes Claros, exercício de 1998.

CONSELHEIRO EDUARDO CARONE COSTA:

Voto de acordo com o Conselheiro Relator.

CONSELHEIRO PRESIDENTE JOSÉ FERRAZ:

Voto de acordo com o Conselheiro Relator.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



APROVADO O VOTO DO CONSELHEIRO RELATOR, POR UNANIMIDADE.

O TRIBUNAL EMITIU PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS, NOS TERMOS DO VOTO DO CONSELHEIRO RELATOR.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**PARECER PRÉVIO SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

PROTOCOLO Nº 00605924

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1998

Em cumprimento às determinações da Lei Complementar nº 33, de 28/06/94, Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e da Resolução nº 10/96, de 03/07/96, que aprovou o Regimento Interno desta Corte de Contas, procedemos ao exame da Prestação de Contas do Município supracitado, com base nas informações apresentadas pela Administração municipal através do SIPP.

**I - INFORMAÇÕES PRELIMINARES**

1 - PREFEITO MUNICIPAL: SR(A) JAIRO ATAIDE VIEIRA

2 - Responsável Técnico pelos Serviços Contábeis

Sr(a) WILSON ATAIR RAMOS

Inscrição no CRC/MG Nº 34.892

3 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA

( ) Conjunta com a da Prefeitura neste processo

( X ) Em processo autônomo

4 - DOCUMENTAÇÃO

( X ) O processo está devidamente instruído.

( ) O processo não se acha devidamente instruído.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**II - Da Execução Orçamentária**

**1 - Balanço Orçamentário (Apresentado)**

**1.1 - DA RECEITA**

Títulos -	Previsto	Arrecadado	Diferenças
Receitas Correntes	86.294.000,00	63.062.877,94	-23.231.122,06
Receitas de Capital	17.450.000,00	2.895.140,33	-14.554.859,67
Soma	103.744.000,00	65.958.018,27	-37.785.981,73
Déficit	0,00	0,00	0,00
TOTAL	103.744.000,00	65.958.018,27	-37.785.981,73

**1.2 - DA DESPESA**

Títulos -	Fixação	Execução	Saldo/Dotação
Créditos Orçament/ Suplementares	98.568.532,72	60.218.299,85	-38.350.232,87
Créditos Especiais/Extraordinários	5.175.467,28	5.564.833,56	389.366,28
Soma	103.744.000,00	65.783.133,41	-37.960.866,59
Superávit	0,00	174.884,86	174.884,86
TOTAL	103.744.000,00	65.958.018,27	-37.785.981,73

**Considerações:**

- ( X ) O Balanço Orçamentário apresentado pela Prefeitura foi elaborado de forma correta.
- ( ) O Balanço Orçamentário apresentado pela Prefeitura não foi elaborado de forma correta.
- ( X ) A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, referente ao Exercício de 1998 foi aprovada sob o nº 2567/97
- ( ) O município não contou com a Lei Orçamentária para o Exercício.
- ( ) Foram abertos Créditos Suplementares / Especiais, no valor de R\$ 0,00 sem recursos disponíveis, contrariando o disposto no Art. 43 da Lei 4.320/64.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**1.3 DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS**

RECEITA E DESPESA ORÇADAS EM.....R\$ 103.744.000,0

( - ) ANULAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ESPECIAIS.....R\$ 5.175.467,28

**A - CRÉDITOS SUPLEMENTARES**

Supl. Aut. Orçamento.....	R\$ 20.748.800,00
Supl. Aut. Outras Leis.....	R\$ 0,00
<b>TOTAL CRED. SUPLEM. AUTORIZADOS.....</b>	<b>R\$ 20.748.800,00</b>
<b>TOTAL (Desp. Orçada + Cred.Supl.).....</b>	<b>R\$ 119.317.332,7</b>
<b>DESPESA REALIZADA.....</b>	<b>R\$ 60.218.299,85</b>
<b>CRÉDITOS SUPLEMENTARES EXCEDENTES.....</b>	<b>R\$ 0,00</b>

**B - CRÉDITOS**

<b>TOTAL CRED. ESPECIAL AUTORIZADO.....</b>	<b>R\$ 5.175.467,28</b>
<b>CRÉDITO ESPECIAL REALIZADO.....</b>	<b>R\$ 5.564.833,56</b>
<b>CRÉDITO ESPECIAL EXCEDENTE.....</b>	<b>R\$ 389.366,28</b>

**CONSIDERAÇÕES**

- ( ) Conforme demonstrado no item A o Município procedeu à abertura de créditos suplementares, no valor de R\$ 0,00 sem a devida cobertura legal contrariando o Art. 42 da Lei 4.320/64.
- ( X ) Conforme demonstrado no item B o Município procedeu à abertura de créditos especiais no valor de R\$ 389.366,28 sem a devida cobertura legal contrariando o disposto no Art. 42 da Lei 4320/64.





**III - DA EXECUÇÃO FINANCEIRA**

**1 - BALANÇO FINANCEIRO**

RECEITA		DESPESA	
Receita Orçamentária	65.958.018,27	Orçamentária	65.783.133,41
Extra Orçamentária	17.651.139,26	Extra-Orçamentária	13.651.500,85
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos	4.561.512,03	Bancos	8.736.035,30
Vinculado	0,00	Vinculado	0,00
TOTAL	88.170.669,56	TOTAL	88.170.669,56

**CONSIDERAÇÕES**

**A) RECEITA ORÇAMENTÁRIA**

- ( X ) Do Balanço Financeiro confere com o somatório do "Quadro de Apuração de Receita e Despesa".  
( ) Não confere.  
Divergências apuradas (a maior ou a menor): R\$ 0,00

**B) RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**

- ( X ) Do Balanço Financeiro confere com o somatório do "Quadro de Apuração de Receita e Despesa".  
( ) Não confere.  
Divergências apuradas (a maior ou a menor): R\$ 0,00

**C) DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

- ( X ) Do Balanço Financeiro confere com o somatório do "Quadro de Apuração de Receita e Despesa".  
( ) Não confere.  
Divergências apuradas (a maior ou a menor): R\$ 0,00

**D) DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**

- ( X ) Do Balanço Financeiro confere com o somatório do "Quadro de Apuração de Receita e Despesa".  
( ) Não confere.  
Divergências apuradas (a maior ou a menor): R\$ 0,00





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**E) SALDOS DISPONÍVEIS**

- ( ☒ ) Do Balanço Financeiro confere com o somatório do "Quadro de Apuração de Receita e Despesa".  
( ☐ ) Não confere. Divergências Apuradas.

**2 - DOS SALDOS DE NUMERÁRIO APRESENTADOS NO BALANÇO FINANCEIRO**

2.1 - CAIXA .....	R\$	0,00
2.2 - BANCOS .....	R\$	8.736.035,30
2.3 - VINCULADO.....	R\$	0,00

**3 - DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

**3.1 - Os rendimentos de aplicações financeiras foram apropriados corretamente na rubrica:**

1.300.00.00 - RECEITAS PATRIMONIAIS

1.320.00.00 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS

( ☒ ) Sim                      ( ☐ ) Não

**Considerações**

O valor lançado no Quadro de Aplicações Financeiras ( R\$397.970,27 ), confere com aquele lançado no Comparativo da Receita , na rubrica " 1321.0000 - Rentabilidade de Aplicações " .

**3.2 - As aplicações financeiras foram efetuadas junto às instituições abaixo:**

BANCO DO BRASIL S/A , BEMGE S/A , BRADESCO S/A , CREDINOR S/A , CX ECONOMICA FEDERAL , MERCANTIL DO BRASIL S/A , NORDESTE DO BRASIL S/A



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**IV - DA EXECUÇÃO PATRIMONIAL**

**1 - BALANÇO PATRIMONIAL**

ATIVO	APRESENTADO	APURADO
ATIVO	103.884.992,32	103.585.993,72
ATIVO FINANCEIRO	9.240.302,31	9.594.557,03
Disponível	8.736.035,30	8.736.035,30
Caixa	0,00	0,00
Bancos e Correspondentes	8.736.035,30	8.736.035,30
Vinculado	0,00	0,00
Realizável	504.267,01	858.521,73
Ações Curto Prazo	0,00	0,00
Devedores Diversos e Outras	504.267,01	858.521,73
ATIVO PERMANENTE	94.644.690,01	93.991.436,69
Bens Móveis	4.761.839,66	4.761.839,66
Bens Imóveis	28.052.811,29	28.052.811,29
Bens de Natureza Industrial	0,00	0,00
Créditos	61.631.809,76	60.997.622,92
Dívida Ativa	61.631.809,76	60.997.622,92
Depósitos Compulsórios	0,00	0,00
Empréstimos Concedidos	0,00	0,00
Outros Créditos	0,00	0,00
Valores Diversos	198.229,30	179.162,82
Ações	0,00	0,00
Almoxarifado	198.229,30	179.162,82
Incorporação	0,00	0,00
Soma do Ativo Real	103.884.992,32	103.585.993,72
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00
Passivo Real Descoberto	0,00	0,00
Soma	103.884.992,32	103.585.993,72
ATIVO COMPENSADO	0,00	0,00
TOTAL GERAL	103.884.992,32	103.585.993,72

Valores em Reais

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS****DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**

COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL

ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



PASSIVO	APRESENTADO	APURADO
PASSIVO	64.725.172,20	65.113.904,05
PASSIVO FINANCEIRO	20.154.082,52	20.542.814,37
Restos a Pagar	14.503.574,56	14.520.203,50
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Depósitos	0,00	5.680.858,84
Débitos de Tesouraria	5.650.507,96	123.155,90
Operações	0,00	218.596,13
PASSIVO PERMANENTE	44.571.089,68	44.571.089,68
Dívida Fundada Interna	44.571.089,68	44.571.089,68
Dívida Fundada Externa	0,00	0,00
Diversos	0,00	0,00
Incorporação Autarquias/Entidades	0,00	0,00
Soma do Passivo Real	64.725.172,20	65.113.904,05
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00
Ativo Real Líquido	39.159.820,12	38.472.089,67
Soma	103.884.992,32	103.585.993,72
PASSIVO COMPENSADO	0,00	0,00
TOTAL GERAL	103.884.992,32	103.585.993,72

**Considerações**

- 1) ALMOXARIFADO / DÍVIDA ATIVA / DEVEDORES DIVERSOS - ajuste processado no saldo anterior para manter conformidade com a análise e reexame da PC/97. Vide fl.s 39 a 43
- 2) PASSIVO FINANCEIRO - ajuste processado no saldo anterior para manter conformidade com a análise e reexame da PC/97. Vide Fls. 44 a 46

O Ativo Real Apresentado diverge do Apurado em: R\$ 298.998,60

O Passivo Real Apresentado diverge do Apurado em: R\$ 388.731,85

Protocolo: 00605924

Página: 7





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**2 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

ATIVAS	APRESENTADO	APURADO
RESULTANTES EXEC. ORÇAMENT.	69.434.780,79	69.434.780,79
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	65.958.018,27	65.958.018,27
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	3.476.762,52	3.476.762,52
INDEPENDENTES EXEC. ORÇAMENT.	31.012.612,08	31.002.035,76
Total das Variações Ativas	100.447.392,87	100.436.816,55
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	0,00
Déficit Verificado	0,00	0,00
TOTAL GERAL	100.447.392,87	100.436.816,55

PASSIVAS	APRESENTADO	APURADO
RESULTANTES EXEC. ORÇAMENT.	66.491.077,76	66.491.077,76
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	65.783.133,41	65.783.133,41
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	707.944,35	707.944,35
INDEPENDENTES EXEC. ORÇAMENT.	4.163.189,27	4.163.189,27
Total das Variações Passivas	70.654.267,03	70.654.267,03
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	0,00
Superávit Verificado	29.793.125,84	29.782.549,52
TOTAL GERAL	100.447.392,87	100.436.816,55

**CONSIDERAÇÕES**

- 1) CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS - não consideramos estes cancelamentos da Dívida Flutuante no valor de R\$10.576,32, visto que o Usuário não apresentou justificativa para tal procedimento, conforme instruções do Manual do SIPP. Vide fls. 40 a 46
- 2) BENS MÓVEIS A INCORPORAR NO PRÓXIMO EXERCÍCIO - R\$358.670,01.

**3 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE**

**3.1 - A Dívida flutuante encontra-se corretamente demonstrada**

(    ) Sim    ( X ) Não    Vide Fls 44 a 46

**CONSIDERAÇÕES**

- 1) RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES / DEPÓSITOS / DÉBITOS DE TESOURARIA / OUTRAS OPERAÇÕES - ajuste processado no saldo anterior para manter conformidade com a análise e reexame da PC/97. Vide Fls. 44 a 46





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**4 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA**

4.1 - A dívida fundada encontra-se corretamente demonstrada.

( X ) Sim      (   ) Não      Vide Fls.:

**Considerações**

**5 - RESULTADO DO EXERCÍCIO (APURADO)**

( X ) Superávit do Exercício R\$ 29.782.549,52

(   ) Déficit do Exercício      R\$

( X ) A - Ativo Real Líquido do Exercício	R\$	38.472.089,67
- Ativo Real Líquido do Exercício Anterior	R\$	8.689.540,15
<b>ARL - ARL exerc.anterior</b>	R\$	29.782.549,52
(   ) B - Ativo Real Líquido do Exercício	R\$	0,00
- Passivo a Descoberto do Exerc. Anterior	R\$	0,00
<b>ARL + PD exerc.anterior</b>	R\$	0,00
(   ) C - Passivo a Descoberto do Exercício	R\$	0,00
- Passivo a Descoberto do Exerc. Anterior	R\$	0,00
<b>PD - PD exerc.anterior</b>	R\$	0,00
(   ) D - Passivo a Descoberto do Exercício	R\$	0,00
- Ativo Real Líq. do Exerc. Anterior	R\$	0,00
<b>PD + ARL exerc. anterior</b>	R\$	0,00

**Considerações**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**V - APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

**1) Do percentual aplicado no exercício**

ANEXO 01    Vide Fls: 35, 36

Com base nos dados extraídos das demonstrações contábeis apresentadas pela Administração Municipal, apuramos que:

- ( ☒ ) Foi aplicado o percentual mínimo legal exigido pela Constituição Federal (art. 212), na manutenção e desenvolvimento do Ensino num total de 25,46 % da Receita Base de Cálculo.
- (    ) Não foi aplicado o percentual mínimo legal exigido pela Constituição Federal (art. 212), tendo aplicado somente 0 % da Receita Base de Cálculo.

**Considerações**

1) O Usuário, quando do cadastramento da Receita Arrecadada com Impostos, utilizou-se do código 1112.0300 - Imposto Sobre a Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e Direitos Reais, quando deveria ter lançado no código 1112.0800 - ITBI - Imposto S/Transm. "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e Direitos Reais, deixando de fazer, consequentemente, a vinculação desta receita à base de cálculo do índice de aplic. na manut. e desenv. do ensino. 2) Também, lançou, nas Transferências Correntes o código 1721.01.03 - Cota-Parte do Fundo Especial, código este que não compõe a base de cálculo do índice de aplic. na manut. e desenv. ensino. 3) Faz-se necessário esclarecimentos à respeito do código 1721.0106 - Imposto Único s/Minerais, lançado no Anexo I.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**VI - DEMONSTRATIVO DO DISPÊNDIO COM PESSOAL**

ANEXO 02 Vide Fls: 37

Com base nas informações apresentadas pela Administração Municipal, a despesa com pessoal obedeceu ao estabelecido na Lei Complementar 82/95 ?

( ☒ ) Sim ( ) Não

**VII - REGIME PREVIDENCIÁRIO**

Qual a Previdência que ampara os servidores municipais ?

( ) IPSEMG ( ) INSS  
( ☒ ) PRÓPRIA ( ) OUTRA

**VIII - DA APROPRIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA**

Nos termos do Art. 158, da Constituição Federal, os valores relativos ao I.R. na Fonte sobre os pagamentos de serviços prestados por terceiros e/ou sobre remuneração paga a servidores e agentes políticos, foi apropriado no Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

( ☒ ) Sim ( ) Não

**IX - PREENCHIMENTO DO DISQUETE**

- ( ) O disquete contendo o SIPP foi preenchido corretamente pela Administração Municipal.
- ( ☒ ) O disquete contendo o SIPP não foi preenchido corretamente pela Administração Municipal, tendo sido detectadas as seguintes falhas:

**Considerações**

**GASTOS COM ENSINO - 1)** O Usuário, quando do cadastramento da Receita Arrecadada com Impostos, utilizou-se do código 1112.0300 - Imposto Sobre a Transmissão " Inter-Vivos " de Bens Imóveis e Direitos Reais, quando deveria ter lançado no código 1112.0800 - ITBI - Imposto S/Transm. " Inter-Vivos" de Bens Imóveis e Direitos Reais, deixando de fazer, conseqüentemente, a vinculação desta receita à base de cálculo do índice de aplic. na manut. e desenv. do ensino. **2)** Também, lançou, nas Transferências Correntes o código 1721.01.03 - Cota-Parte do Fundo Especial, código este que não compõe a base de cálculo do índice de aplic. na manut. e desenv. ensino. **3)** Faz-se necessário esclarecimentos à respeito do código 1721.0106 - Imposto Único s/Minerais, lançado no Anexo I.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**X - RESUMO DAS IRREGULARIDADES DETECTADAS NA ANÁLISE DOS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

- ( ) O Processo não se acha devidamente instruído, faltando elementos para complementação do estudo técnico, conforme apontado à folha
- ( X ) Irregularidades na abertura de créditos adicionais, conforme apontado à folha 25 /
- ( ) O Balanço Orçamentário não foi elaborado de forma correta, conforme apontado à folha
- ( ) O Balanço Financeiro não foi elaborado de forma correta, conforme apontado à folha
- ( ) O Quadro de Apuração de Receitas e Despesas apresenta divergências conforme apontado à folha
- ( ) As Aplicações Financeiras apresentaram divergência, conforme apontado à folha
- ( X ) O Balanço Patrimonial não foi elaborado de forma correta, conforme apontado à folha 29 /
- ( X ) As Variações Patrimoniais apresentaram divergências conforme apontado à folha 30 /
- ( X ) A Dívida Flutuante não foi elaborada de forma correta, conforme apontado à folha 30 /
- ( ) A Dívida Fundada não foi elaborada de forma correta, conforme apontado à folha
- ( ) Falta de Aplicação do percentual mínimo na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, conforme Anexo 01 à folha
- ( ) Desobediência ao limite percentual máximo de gastos com pessoal, conforme Anexo 02 à folha
- ( ) Falta de Apropriação do Imposto de Renda, conforme apontado à folha
- ( ) Outras Irregularidades, conforme apontado à folha

CAE / DAC, em 13/07/1999

Vera Lúcia Lage de Oliveira

Nome: Vera Lúcia Lage de Oliveira

Cargo: Inspetor de Controle Externo / 1756-3





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**QUADRO RESUMO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NA  
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  
**ANEXO 01 /**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
**PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1998**  
**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: EDUCAÇÃO**

1 - Impostos e Transferências.....		R\$	43.839.651,77
2 - Aplicação Devida.....	25,00 %	R\$	10.959.912,94
3 - Aplicação Apurada.....	25,46 %	R\$	11.161.421,84

**Fonte: Quadro Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada**

**A) Impostos:**

11120200	IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	R\$	2.620.320,36
11120800	ITBI - Imposto s/T.Bens Imov.Interv.	R\$	611.362,46
11130500	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	R\$	4.319.582,09

<b>Subtotal (A).....</b>		<b>R\$</b>	<b>7.551.264,91</b>
--------------------------	--	------------	---------------------

**B) Transferências Correntes:**

17210102	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	R\$	10.649.685,47
17210104	Transferência do Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes	R\$	816.523,39
17210105	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	R\$	60.978,09
17210109	IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS	R\$	78.835,09
17210111	COTA-PARTE IPI	R\$	748.837,92
17220101	Cota-Parte Imp. s/ Oper. Rel. a Circ. Merc. e s/ Prest. Serv. de	R\$	20.342.609,56
17220102	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos	R\$	3.590.917,34

<b>Subtotal (B).....</b>		<b>R\$</b>	<b>36.288.386,86</b>
--------------------------	--	------------	----------------------



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**C) Transferências de Capital :**

Subtotal (C).....	R\$	0,00
<b>TOTAL GERAL (A+B+C) :.....</b>	<b>R\$</b>	<b>43.839.651,77</b>

**D) Aplicação na manutenção de ensino :**

Valor mínimo legal: 25% do total geral acima

Valor Apurado: ver Função 08, Programas 07,08,41,42,45,47,49,82 e 84 no Quadro.

Comparativo de Despesa Autorizada com a Realizada (menos valores impugnados).

CAE / DAC, em 13/07/1999

Nome: Vera Lúcia Lage de Oliveira

Cargo / TC: Inspetor de Controle Externo/1756-3



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL 37



**QUADRO RESUMO DEMONSTRATIVO DA DESPESA  
COM PESSOAL - [ANEXO02]**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1998

**I) DESPESA**

Pessoa Civil .....	R\$ 26.117.446,80
Obrigações Patronais.....	R\$ 1.888.812,35
Abono Família.....	R\$ 103,92
Inativos.....	R\$ 728.582,20
Pensionistas.....	R\$ 54.688,20
Outras.....	R\$ 0,00
<b>TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL.....</b>	<b>R\$ 28.789.633,47</b>

**II) RECEITA**

Total das Receitas Correntes.....	R\$ 63.062.877,94
(-) Contribuição ao FUNDEF (15% retido).....	R\$ 4.740.897,81
<b>Total das Receitas - Base de Cálculo.....</b>	<b>R\$ 58.321.980,13</b>

**III) PERCENTUAIS MONETÁRIOS DE APLICAÇÃO**

Aplicação no exercício	49,36 %...	R\$ 28.789.633,47
Permitido em Lei (Complementar 82/95)	60 %...	R\$ 34.993.188,08
Excedentes	0 %...	R\$ 0,00

**IV) PERCENTUAL APLICADO NO EXERCÍCIO DE 1995= 62,2 %**

Em conformidade com o Art.169 da Constituição Federal c/c a Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995, o município não pode dispendar mais de 60,00% das Receitas Correntes em gastos com pessoal.

Considerando o disposto no §1º do Art. 1º da supracitada Lei Complementar, e tendo em vista que o município excedeu, no exercício de 1995, o limite de 60,00%, ficou a Administração Municipal obrigada a dispendar os seguintes percentuais máximos em despesas com pessoal, de acordo com o cronograma de redução abaixo.

Exercício	Cronograma de redução (%)	Dispêndio Realizado (%)	Diferença a Maior (%)
1996	61,47	61,32	0,00
1997	60,73	61,08	0,35
1998	60,00	49,36	0,00

Isto posto, o município

- ( ) Não cumpriu, neste exercício, o cronograma de redução, tendo ocorrido uma diferença a maior de 0 %
- ( X ) Cumpriu o cronograma de redução, estando regular o dispêndio.

CAE / DAC, em 13/07/1999

Vera Lúcia Lage de Oliveira  
Nome: Vera Lúcia Lage de Oliveira

Protocolo: 00605924  
Página: 15

Cargo / TC - Inspetor de Controle Externo/1756-3



# Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Balço Financeiro			12/07/1999 11:42:19
Ano: 1998	Município: MONTES CLAROS	Entidade: Prefeitura Municipal	
RECEITA		DESPESA	
RECEITA ORÇAMENTARIA	65.958.018,27	ORÇAMENTARIA	65.783.133,41
Receitas Correntes	63.062.877,94	Legislativa	3.239.884,00
Receita Tributária	10.682.408,48	Judiciária	223.348,40
Receita de Contribuições		Administração e Planejamento	17.067.988,84
Receita Patrimonial	446.720,44	Agricultura	985.453,33
Receita Agropecuária		Comunicações	
Receita Industrial		Defesa Nacional e Segurança	
Receita de Serviços	336.481,05	Desenvolvimento Regional	2.495,68
Transferências Correntes	49.533.564,17	Educação e Cultura	19.820.083,61
Outras Receitas Correntes	2.063.703,80	Energia e Recursos Minerais	
RECEITA DE CAPITAL	2.895.140,33	Habitacão e Urbanismo	9.600.353,67
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	17.651.139,26	Indústria, Comércio e Serviços	20.467,00
Restos a Pagar (Contrapart. da	9.286.760,13	Relações Exteriores	
Serviços da Div. a Pagar		Saúde e Saneamento	9.016.749,44
Depósitos	8.104.058,86	Trabalho	
Débitos de Tesouraria		Assistência e Previdência	2.819.575,42
Outras Operações	71.491,15	Transporte	2.986.734,02
Recebimento Devedores Diversos	188.829,12	EXTRA-ORÇAMENTARIA	13.651.500,85
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	4.561.512,03	Restos a Pagar (Pagto no Exercício)	5.513.134,18
Disponível	4.561.512,03	Serviço de Dívida a Pagar (Pagto)	
Caixa		Depósitos	7.933.626,33
Bancos	4.561.512,03	Débitos de Tesouraria	
Vinculado		Outras Operações	9.768,54
TOTAL	88.170.669,56	Adiantamentos Devedores Diversos	194.971,80
		SALDOS PARA O EXERC. SEGUINTE	8.736.035,30
		Disponível	8.736.035,30
		Caixa	
		Bancos	8.736.035,30
		Vinculado	
		TOTAL	88.170.669,56

12/07/1999



**Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**

**COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EXERCÍCIO ANTERIOR COM O EXERCÍCIO ENCERRADO**

12/07/1999

Ano: 1998		Município: MONTES CLAROS		Entidade: Prefeitura Municipal	
ATIVO FINANCEIRO		Anterior	Atual	Para Mais	Para Menos
ATIVO FINANCEIRO		5.333.781,64	9.594.557,03	4.260.775,39	
Disponível		4.561.512,03	8.736.035,30	4.174.523,27	
Caixa					
Bancos		4.561.512,03	8.736.035,30	4.174.523,27	
Vinculado					
Realizável		772.269,61	858.521,73	86.252,12	
Ações Curto Prazo					
Devedores Diversos e Outras		772.269,61	858.521,73	86.252,12	
ATIVO PERMANENTE		61.943.887,65	93.991.436,69	32.047.549,04	
Bens Móveis		3.418.436,41	4.761.839,66	1.343.403,25	
Bens Imóveis		27.732.221,91	28.052.811,29	320.589,38	
Bens de Nat. Industrial					
Créditos		30.645.835,16	60.997.622,92	30.351.787,76	
Dívida Ativa		30.645.835,16	60.997.622,92	30.351.787,76	
Depósitos Compulsórios					
Empréstimos Concedidos					
Outros Créditos					
Valores Diversos		147.394,17	179.162,82	31.768,65	
Ações					
Almoxarifado		147.394,17	179.162,82	31.768,65	
Incorporação Autarquias/Entidades					
TOTAL DO ATIVO		67.277.669,29	103.585.993,72	36.308.324,43	
Passivo Real Descoberto					
Soma		67.277.669,29	103.585.993,72	36.308.324,43	
ATIVO COMPENSADO					
TOTAL GERAL		67.277.669,29	103.585.993,72	36.308.324,43	
PASSIVO FINANCEIRO		Anterior	Atual	Para Mais	Para Menos
PASSIVO FINANCEIRO		16.456.923,84	20.542.814,37	9.599.024,71	5.513.134,18
Restos a Pagar		10.746.577,55	14.520.203,50	9.286.760,13	5.513.134,18
Exercício Atual			9.286.760,13	9.286.760,13	
Exercício Anteriores		10.746.577,55	5.233.443,37		5.513.134,18
Serviços da Dívida a Pagar					
Depósitos		5.430.316,87	5.680.858,84	250.541,97	
Débitos da Tesouraria		123.155,90	123.155,90		
Outras Operações		156.873,52	218.596,13	61.722,61	
PASSIVO PERMANENTE		42.131.205,30	44.571.089,68	2.439.884,38	
Dívida Fundada Interna		42.131.205,30	44.571.089,68	2.439.884,38	
Dívida Fundada Externa					
DIVERSOS					
Incorporação Autarquias/Entidades					
TOTAL DO PASSIVO		58.588.129,14	65.113.904,05	12.038.909,09	5.513.134,18
Ativo Real Líquido		8.689.540,15	38.472.089,67	29.782.549,52	
Soma		67.277.669,29	103.585.993,72	41.821.458,61	5.513.134,18
PASSIVO COMPENSADO					
TOTAL GERAL		67.277.669,29	103.585.993,72	41.821.458,61	5.513.134,18





# Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

AJUSTADO



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			12/07/1999 10:57:23
Ano: 1998	Município: MONTES CLAROS	Entidade: Prefeitura Municipal	
VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
RESULTANTES EXEC. ORÇAMENT.	69.434.780,79	RESULTANTES EXEC. ORÇAMENT.	66.491.077,76
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	65.958.018,27	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	65.783.133,41
Receitas Correntes	63.062.877,94	Despesas Correntes	54.742.191,61
Receita Tributária	10.682.408,48	Despesas de Custeio	39.977.192,79
Receita de Contribuições		Transferências Correntes	14.764.998,82
Receita Patrimonial		Despesas de Capital	11.040.941,80
Receita Agropecuária	446.720,44	Investimentos	7.943.085,77
Receita Industrial		Inversões Financeiras	320.589,38
Receita de Serviços		Transferência de Capital	2.777.266,65
Transferências Correntes	336.481,05	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
Outras Receitas Correntes	49.533.564,17	Cobrança da Dívida Ativa	707.944,35
Receitas de Capital	2.063.703,80	Alienação de Bens Móveis	618.479,35
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	2.895.140,33	Alienação de Bens Imóveis	89.465,00
Aquisição de Bens Móveis	3.476.762,52	Alienação de Bens de Nat. Industrial	
Const. e Aquis. de Bens de Nat. Industrial	1.432.868,25	Alienação de Títulos e Valores	
Const. e Aquis. de Bens de Nat. Industrial	320.589,38	Empréstimos Tomados	
Aquisição de Títulos e Valores		Recebimento de Créditos	
Amortização da Dívida Contratada		Restituição de Depósitos Compulsórios	4.163.189,27
Depósitos Compulsórios	1.723.304,89	INDEPENDENTES EXEC. ORÇAMENT.	
Empréstimos Concedidos		Cancelamento de Dívidas Ativas	
INDEPENDENTES EXEC. ORÇAMENT.		Encampação de Dívidas Passivas	4.163.189,27
Inscrição da Dívida Ativa	31.002.035,76	Restabelecimento de Dívidas Passivas	
Atualização da Dívida Ativa	11.761.974,15	Almoxarifado	
Incorporação Bens (doações, etc.)	19.208.292,96	Desvalorização de Bens Móveis	
Cancelamento de Dívidas Passivas		Desvalorização de Bens Imóveis	
Restabelecimento de Dívidas Ativas		Desvalorização Bens de Nat. Industrial	
Almoxarifado		Desvalorização de Títulos e Valores	
Reavaliação de Bens Móveis	31.768,65	Doações e/ou Baixa de Bens Inservíveis	
Reavaliação de Bens Imóveis		Incorporação Autarquias/Entidades	
Reavaliação de Bens de Nat. Industrial		Diversos	
Reavaliação de Títulos e Valores		Total das Variações Passivas	70.654.267,03
Incorporação Autarquias/Entidades		RESULTADO PATRIMONIAL	
Diversos		Superávit Verificado	29.782.549,52
Atualização de Empréstimos Concedidos		TOTAL GERAL	100.436.816,55
Total das Variações Ativas	100.436.816,55		
RESULTADO PATRIMONIAL			
Déficit Verificado			
TOTAL GERAL	100.436.816,55		



**Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais****Almoxarifado**

12/07/1999

<b>Saldo Anterior:</b>	147.394,17 /
<b>Entrada:</b>	31.768,65 /
<b>Saída:</b>	0,00
<b>Saldo Atual:</b>	179.162,82

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Demonstração da Dívida Ativa

12/07/1999

Exercício 1998  
Município MONTES CLAROS

Entidade Prefeitura Municipal

Título	Saldo Anterior	Inscrição	Atualização	Baixa		Saldo Atual
				Cobrança	Cancelamento	
Dívida Ativa	30.645.835,16	11.761.974,15	19.208.292,96	618.479,35	0,00	60.997.622,92
Total:	30.645.835,16	11.761.974,15	19.208.292,96	618.479,35	0,00	60.997.622,92

Considerações:

- 1) SALDO ANTERIOR AJUSTADO PARA MANTER CONFORMIDADE COM A ANÁLISE E REEXAME DA PC/97.

FAVUSTADO



es Diversos

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Município MONTES CLAROS	Entidade Prefeitura Municipal					Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Atual	nte
IMIENTICIA		24.696,64	82.923,81	0,00	74.801,04	0,00	32.819,41				3.840,00	Seguinte
RODUTIVA DE TRABALHO		42.385,17	0,00	0,00	0,00	0,00	42.385,17				3,10	66.053,07
VTOS POLICLINICA		22.805,55	0,00	0,00	0,00	0,00	22.805,55				25.024,08	
CURUMIM CONV. SELT		33.077,34	0,00	0,00	0,00	0,00	33.077,34				1.944,59	
RESPONSAVEIS		0,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,26				32.559,98	
PERCEIROS DEVOLVIDOS		40,78	13.185,82	0,00	0,00	0,00	13.226,60				8,86	
ONSERVA ESTRADAS		72,04	0,00	0,00	0,00	0,00	72,04				3.117,77	
LAN PMMC/ASBB		900,59	0,00	0,00	0,00	0,00	900,59				1.827,22	
tes Claros Tênis Clube		1.120,06	35.756,00	0,00	75.910,34	0,00	-39.034,28				1.121,52	
E ACERVO BIBLIOGRAFICO		14.204,64	0,00	0,00	0,00	0,00	14.204,64				0,00	
IC/FAE/MERENDA ESCOLAR		320.212,19	0,00	0,00	0,00	0,00	320.212,19				0,00	
SELT OLIBAMOC		8.486,50	0,00	0,00	0,00	0,00	8.486,50				0,00	
PMDB		1.170,49	0,00	0,00	0,00	0,00	1.170,49				0,00	
PERCEIROS DEVOLVIDOS		6.362,97	33.938,29	0,00	33.938,29	0,00	6.362,97				12.000,00	
PSDB		1.655,58	4.200,31	0,00	4.179,45	0,00	1.676,44				20.000,00	
V. São Francisco de Assis		55.610,79	0,00	0,00	0,00	0,00	55.610,79				957,63	
EVMOOC		12.996,21	0,00	0,00	0,00	0,00	12.996,21				7,24	
-PMMC-Curso Datilografia		8,72	0,00	0,00	0,00	0,00	8,72				57.121,60	
-Orçam./93 a Regularizar		86.734,38	0,00	0,00	0,00	0,00	86.734,38				0,00	
ientação		133.900,81	0,00	0,00	0,00	0,00	133.900,81				6.360,00	
PMMC		985,89	0,00	0,00	0,00	0,00	985,89				23,82	
- Claraval		1.458,62	0,00	0,00	0,00	0,00	1.458,62				84,24	
											890,90	
											99.926,94	

AJUSTADO

AJUSTADO

nte

,13  
,13

,78  
,93  
,55  
,50  
,17  
,90  
,54  
,37

,45  
,14  
,04  
,94  
,16  
,49  
,93  
,74



# Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

## Demonstração da Dívida Flutuante

12/07/1999

Título	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Seguinte
REND. APLIC.FINANC.6115-8	17.008,04	0,00	0,00	0,00	0,00	17.008,04
REND. APLIC.FINANC.6180-8	33.261,69	0,00	0,00	0,00	0,00	33.261,69
SALARIO FAMILIA	166,04	0,00	0,00	0,00	0,00	166,04
SEC.CULT.EVENT.CULTURAIS	1.556,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.556,34
SEC.ESP.EVENTOS ESPORTIVOS	2.207,28	3.274,00	0,00	0,00	0,00	5.481,28
Seguro	8.566,19	100.813,60	0,00	150.454,95	0,00	-41.075,16
SIND.SERV.PUB.MUNIC.	216,89	0,00	0,00	0,00	0,00	216,89
SIND/UTE APNORTE	79,66	0,00	0,00	0,00	0,00	79,66
SSPMMC	0,00	337.813,67	0,00	337.813,67	0,00	0,00
TAXA ATESTADO VISIT.E SEGURANÇA	1,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1,17
TAXA LIBERAÇÃO ANIMAIS	2.787,10	1.279,77	0,00	0,00	0,00	4.066,87
VALE REFEIÇÃO	134.190,15	0,00	0,00	0,00	0,00	134.190,15
VALE TRANSPORTE	37.451,91	296.290,83	0,00	232.878,61	0,00	100.864,13
<b>Total:</b>	<b>5.430.316,87</b>	<b>8.104.058,86</b>	<b>0,00</b>	<b>7.933.626,33</b>	<b>0,00</b>	<b>5.641.824,56</b>

### Débitos de Tesouraria

OP.CRED.ANTEC.RECEITA ORCAMENTARIA	123.155,90	0,00	0,00	0,00	0,00	123.155,90
<b>Total:</b>	<b>123.155,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>123.155,90</b>

### Outras Operações

VENCIMENTO NAO RECLAMADO	156.873,52	71.491,15	0,00	9.768,54	0,00	218.596,13
<b>Total:</b>	<b>156.873,52</b>	<b>71.491,15</b>	<b>0,00</b>	<b>9.768,54</b>	<b>0,00</b>	<b>218.596,13</b>
<b>Montante Final:</b>	<b>16.456.923,84</b>	<b>17.462.310,14</b>	<b>0,00</b>	<b>13.456.529,05</b>	<b>0,00</b>	<b>20.503.780,09</b>

### Considerações

1) SALDO ANTERIOR AJUSTADO PARA MANTER CONFORMIDADE COM A ANÁLISE E REEXAME DA PC/97.

AJUSTADO





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



## DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS

COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL

**ÍNDICE:** Prefeitura Municipal de Montes Claros/  
Exercício: 1998/  
Protocolo: 605.924/

**INFORMAÇÃO:** Atendendo ao despacho do Exmo. Sr. Conselheiro Relator à fl. 134, tendo em vista a juntada de documentos efetuada às fls. 63 a 133, temos a informar:

### 1 – Da Execução Orçamentária

#### 1.1 – Balanço Orçamentário

#### 1.2 – Dos Créditos Orçamentários e Adicionais

Conforme apontado em nosso estudo inicial à fl. 24 e fl. 25 – item B, o Município procedeu à abertura de Créditos Especiais no valor de R\$389.366,28, sem a devida cobertura legal, contrariando o disposto no Art. 42 da Lei nº4320/64.

O defendente apresentou justificativa às fls. 63 e 64 – item 1, tendo alegado, em síntese, que o Município atendeu aos princípios legais para a realização de despesas a partir da Lei Autorizativa nº2579 de 17/04/98 sendo que a primeira transferência de recursos foi feita através da abertura de créditos especiais e as transferências posteriores por créditos suplementares. Informou ainda que o total dos créditos especiais autorizados foi R\$5.175.467,28; o total dos créditos especiais realizados R\$4.916.365,09; e o total dos créditos especiais a realizar R\$259.102,19 não havendo, portanto, crédito especial excedente. Também anexou aos autos: às fls. 67 a 75, cópias dos Relatórios Analíticos de Empenhos relativos a Subvenções Sociais; às fls. 78 e 79, cópia reprográfica da Lei nº2579 que autorizou o repasse de recursos a entidades e organizações de assistência social; e às fls. 76, 77 e 80 a 132, cópias de Decretos relativos à abertura de Créditos Suplementares no exercício.

No entanto, não anexou aos autos as Leis Autorizativas dos Créditos Especiais e o novo Balanço Orçamentário demonstra a execução de Créditos Especiais no valor de R\$5.564.833,56, Créditos Especiais autorizados no valor de R\$5.175.467,28 e Créditos Especiais excedentes no valor de R\$389.366,28, conforme anteriormente apontado.

Ante o acima exposto, não consideramos este item regularizado e ratificamos nossa informação inicial.





- 2 – Da Execução Patrimonial**
- 2.1 – Balanço Patrimonial**
- 2.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais**
- 2.3 – Demonstração da Dívida Flutuante**
- 2.4 – Demonstração da Dívida Fundada**

Foram apuradas divergências na Execução Patrimonial, conforme apontado em nosso estudo inicial às fls. 28 a 31.

O defendente anexou aos autos novo disquete contendo o SIPP onde efetuou as devidas alterações nos demonstrativos contábeis da Execução Patrimonial.

Desta forma, consideramos estes itens regularizados e retificamos nossa informação inicial.

### **3 – Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**

Em nosso estudo inicial à fl. 32 – Considerações, solicitamos esclarecimentos acerca das receitas provenientes de Imposto Único s/Minerais, compondo a base de cálculo de apuração do percentual de aplicação no ensino.


O defendente apresentou justificativa à fl. 65 – item 2-C, onde alegou, em síntese, que a classificação da receita foi incorreta, tratando-se na verdade de receitas de Royalties, o que não integra a base de cálculo.

Ante o acima exposto, elaboramos novo quadro demonstrativo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino ( fl. ~~137~~ 133 ) cujo percentual aplicado passou para 25,51, permanecendo, portanto, acima do mínimo legalmente exigido.

### **4 – Observação**

Retiramos o novo disquete apresentado à fl. 133 para arquivo desta Coordenadoria, para futuras consultas.

À  
Consideração Superior  
DAC/CAE, em 1º/02/00

  
Maria Gorete de O. e S. Laignier  
Inspetor de Controle Externo  
TC: 2103-0





AJUSTADO

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**QUADRO RESUMO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NA  
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  
**ANEXO 01**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
**PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1998**  
**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: EDUCAÇÃO**

1 - Impostos e Transferências.....		R\$	43.760.816,68
2 - Aplicação Devida.....	25,00 %	R\$	10.940.204,17
3 - Aplicação Apurada.....	25,51 %	R\$	11.161.421,84

**Fonte: Quadro Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada**

**A) Impostos:**

11120200	IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	R\$	2.620.320,36
11120800	Imposto sobre Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de	R\$	611.362,46
11130500	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	R\$	4.319.582,09

<b>Subtotal (A).....</b>	<b>R\$</b>	<b>7.551.264,91</b>
--------------------------	------------	---------------------

**B) Transferências Correntes:**

17210102	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	R\$	10.649.685,47
17210104	Transferência do Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes	R\$	816.523,39
17210105	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	R\$	60.978,09
17210111	Cota-Parte s/IPI	R\$	748.837,92
17220101	Cota-Parte Imp. s/ Oper. Rel. a Circ. Merc. e s/ Prest. Serv. de	R\$	20.342.609,56
17220102	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos	R\$	3.590.917,34

<b>Subtotal (B).....</b>	<b>R\$</b>	<b>36.209.551,77</b>
--------------------------	------------	----------------------

Protocolo:

Página: 13



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



C) Transferências de Capital :

Subtotal (C).....	R\$	0,00
TOTAL GERAL (A+B+C) :.....	R\$	43.760.816,68

D) Aplicação na manutenção de ensino :

Valor mínimo legal: 25% do total geral acima

Valor Apurado: ver Função 08, Programas 07,08,41,42,45,47,49,82 e 84 no Quadro.

Comparativo de Despesa Autorizada com a Realizada (menos valores impugnados).

CAE / DAC, em 31/01/2000

\_\_\_\_\_  
Nome: Maria Gorete de O. e S. Laignier

Cargo / TC: Inspetor Controle Externo - 2103-0



## Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Balanco Orçamentário				31/01/00 08:54:00
Ano: 1998	Município: MONTES CLAROS	Entidade: Prefeitura Municipal		
RECEITAS		Previsão	Execução	Diferenças
Receitas Correntes		86.294.000,00	63.062.877,94	-23.231.122,06
Receita Tributária		14.990.000,00	10.682.408,48	-4.307.591,52
Receita de Contribuições				
Receita Patrimonial		110.000,00	446.720,44	336.720,44
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços		400.000,00	336.481,05	-63.518,95
Transferências Correntes		68.940.000,00	49.533.564,17	-19.406.435,83
Outras Receitas		1.854.000,00	2.063.703,80	209.703,80
Receitas de Capital		17.450.000,00	2.895.140,33	-14.554.859,67
Soma		103.744.000,00	65.958.018,27	-37.785.981,73
Déficits				
TOTAL		103.744.000,00	65.958.018,27	-37.785.981,73
DESPESAS		Previsão	Execução	Diferenças
Créditos Orçament/ Suplementares		98.568.532,72	60.218.299,85	-38.350.232,87
Créditos Especiais/Extraordinários		5.175.467,28	5.564.833,56	389.366,28
Soma		103.744.000,00	65.783.133,41	-37.960.866,59
Superávits			174.884,86	174.884,86
TOTAL		103.744.000,00	65.958.018,27	-37.785.981,73



## ANEXO I

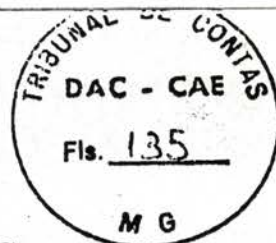
Quadro Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento no Ensino (Art. 212 da CF)  
Emenda Constitucional nº 14/96, Leis nº 9.394/96 e 9.424/96)

Exercício 1998	Município MONTES CLAROS	Entidade Prefeitura Municipal	<div>143 DAC - CAE 2 Fls. 140 M G</div>
01 - Impostos e Transferências			
A - Impostos:			
11120200	IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana		2.620.320,36
11120300	IMPOSTOS S/T.BENS IMOV.INTERV.		611.362,46
11130500	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		4.319.582,09
Subtotal			7.551.264,91
B - Transferências Correntes:			
17210102	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios		10.649.685,47
17210104	Transferência do Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes		816.523,39
17210105	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural		60.978,09
17210112	COTA PARTE S/ L.P.I.		748.837,92
17220101	Cota-Parte Imp. s/ Oper. Rel. a Circ. Merc. e s/ Prest. Serv. de Transp. Interest. e Intern. e Com.		20.342.609,56
17220102	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores		3.590.917,34
Subtotal			36.209.551,77
C - Transferências de Capital:			
Subtotal			0,00
Total do Item 01			43.760.816,68
02) Total dos impostos e transferências (A+B+C).....			43.760.816,68
03) Valor legal mínimo ..... ( 25 % )			10.940.204,17
04) Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Total do Anexo II)..... ( 25,51 % )			11.161.421,84





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



## DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS

COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL

### ÍNDICE:

**Prefeitura Municipal de Montes Claros/**  
**Exercício: 1998/**  
**Protocolo: 605.924/**

### INFORMAÇÃO:

**Atendendo ao despacho do Exmo. Sr. Conselheiro Relator à fl. 134, tendo em vista a juntada de documentos efetuada às fls. 63 a 133, temos a informar:**

#### **1 – Da Execução Orçamentária**

##### **1.1 – Balanço Orçamentário**

##### **1.2 – Dos Créditos Orçamentários e Adicionais**

/ Conforme apontado em nosso estudo inicial à fl. 24 e fl. 25 – item B, o Município procedeu à abertura de Créditos Especiais no valor de R\$389.366,28, sem a devida cobertura legal, contrariando o disposto no Art. 42 da Lei nº4320/64.

O defendente apresentou justificativa às fls. 63 e 64 – item 1, tendo alegado, em síntese, que o Município atendeu aos princípios legais para a realização de despesas a partir da Lei Autorizativa nº2579 de 17/04/98 sendo que a primeira transferência de recursos foi feita através da abertura de créditos especiais e as transferências posteriores por créditos suplementares. Informou ainda que o total dos créditos especiais autorizados foi R\$5.175.467,28; o total dos créditos especiais realizados R\$4.916.365,09; e o total dos créditos especiais a realizar R\$259.102,19 não havendo, portanto, crédito especial excedente. Também anexou aos autos: às fls. 67 a 75, cópias dos Relatórios Analíticos de Empenhos relativos a Subvenções Sociais; às fls. 78 e 79, cópia reprográfica da Lei nº2579 que autorizou o repasse de recursos a entidades e organizações de assistência social; e às fls. 76, 77 e 80 a 132, cópias de Decretos relativos à abertura de Créditos Suplementares no exercício.

No entanto, não anexou aos autos as Leis Autorizativas dos Créditos Especiais e o novo Balanço Orçamentário demonstra a execução de Créditos Especiais no valor de R\$5.564.833,56, Créditos Especiais autorizados no valor de R\$5.175.467,28 e Créditos Especiais excedentes no valor de R\$389.366,28, conforme anteriormente apontado.

Ante o acima exposto, não consideramos este item regularizado e ratificamos nossa informação inicial.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DIRETORIA DE ANÁLISE FORMAL DE CONTAS**  
COORDENADORIA DE ÁREA DE ANÁLISE DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL  
ANÁLISE SOBRE OS ATOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



**1.3 DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS**

RECEITA E DESPESA ORÇADAS EM.....R\$ 103.744.000,0

( - ) ANULAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ESPECIAIS.....R\$ 5.175.467,28

**A - CRÉDITOS SUPLEMENTARES**

Supl. Aut. Orçamento..... R\$ 20.748.800,00

Supl. Aut. Outras Lels..... R\$ 0,00

TOTAL CRED. SUPLEM. AUTORIZADOS..... R\$ 20.748.800,00

TOTAL (Desp. Orçada + Cred.Supl.)..... R\$ 119.317.332,7

DESPESA REALIZADA..... R\$ 60.218.299,85

CRÉDITOS SUPLEMENTARES EXCEDENTES.....R\$ 0,00

**B - CRÉDITOS**

TOTAL CRED. ESPECIAL AUTORIZADO..... R\$ 5.175.467,28

CRÉDITO ESPECIAL REALIZADO..... R\$ 5.564.833,56

CRÉDITO ESPECIAL EXCEDENTE.....R\$ 389.366,28

**CONSIDERAÇÕES:**

( ) Conforme demonstrado no item A o Município procedeu à abertura de créditos suplementares, no valor de R\$ 0,00 sem a devida cobertura legal contrariando o Art. 42 da Lei 4.320/64.

( X ) Conforme demonstrado no item B o Município procedeu à abertura de créditos especiais no valor de R\$ 389.366,28 sem a devida cobertura legal contrariando o disposto no Art. 42 da Lei 4320/64.



**PELA AUDITORIA****PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAL****PREFEITURA MUNICIPAL DE: MONTES CLAROS****EXERCÍCIO DE: 1998****PROTOCOLO No.: 605.924**

Trata-se de processo de Prestação de Contas Municipal, tendo sido aberta vista ao Sr. Prefeito, que justificou-se quanto às irregularidades em sua defesa às fls. 63 a 133.

A Auditoria ao analisar o minucioso reexame elaborado pelo Órgão Técnico às fls. 135 a 140, apresenta as seguintes considerações relativa à irregularidade que fica mantida:

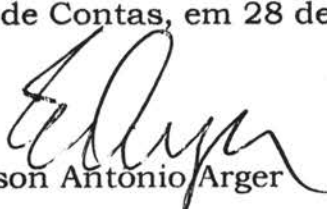
**1- DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA****1.1 CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS ILEGALMENTE**

Item: 1.3 - B fls. 25 e 135 Valor: R\$ 389.366,28

Trata-se de irregularidades passíveis de débito ao Ordenador, tendo em vista o descumprimento do disposto no art. 42 da Lei no. 4.320/64.

**CONCLUSÃO:** Considerando a irregularidade apontada, a Auditoria opina pela emissão de parecer prévio favorável à Aprovação com ressalva das contas da Prefeitura Municipal de MONTES CLAROS, exercício de 1998.

Tribunal de Contas, em 28 de Julho de 2000



Edson Antônio Arger

Auditor

ANB/kap



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



NOTAS TAQUIGRÁFICAS

PRIMEIRA CÂMARA

SESSÃO DO DIA 05.09.00

ASSUNTO: PARECER PRÉVIO SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 605924,  
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, EXERCÍCIO  
DE 1998

RELATOR: CONSELHEIRO MOURA E CASTRO

CONSELHEIRO MOURA E CASTRO:

Trata-se de processo de Prestação de Contas do Município de Montes Claros, exercício de 1998, no qual foi determinada abertura de vista ao Prefeito, Sr. Jairo Ataíde Vieira, para que se manifestasse acerca das irregularidades apontadas pelo Órgão Técnico às fls. 23/46.

O interessado manifestou-se, conforme documentação juntada às fls. 61/132, tendo o Órgão Técnico procedido ao reexame dos autos, fls. 135/136.

A Auditoria e a Procuradoria opinaram pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, com ressalvas, conforme verifica-se às fls. 143/144.

À fl. 135, constatou-se a abertura de Créditos Especiais sem a devida cobertura legal. Tal irregularidade poderá ser sanada caso a Câmara Municipal sancione a lei autorizativa para abertura dos créditos.

VOTO: Pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas do Município de Montes Claros, exercício de 1998.

CONSELHEIRO EDUARDO CARONE COSTA:

Voto de acordo com o Conselheiro Relator.

CONSELHEIRO PRESIDENTE JOSÉ FERRAZ:

Voto de acordo com o Conselheiro Relator.





**Ofício n.º 1667/1ª Câmara/2001**

**Ref. Processo n.º 605924**

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2001.

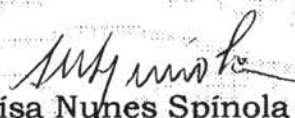
Senhor Presidente,

Por ordem do Exmo. Sr. Presidente da 1ª Câmara, Conselheiro Simão Pedro Toledo, e nos termos das disposições constitucionais em vigor, encaminho a V.Exa. cópia do Parecer Prévio emitido por esta Corte, relativo às Contas da Prefeitura desse município, exercício de 1998.

Após o recebimento do Parecer Prévio, deverá essa Câmara Municipal julgar as contas da Prefeitura, enviando ao Tribunal cópia autenticada das atas das sessões em que a matéria foi discutida e votada, contendo a relação nominal dos Edis presentes, o resultado numérico da votação, bem como cópia da respectiva Resolução Legislativa.

Cientifico V. Exa. de que o não-cumprimento destas determinações, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, previsto no art. 54 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 33 de 28.06.94, poderá ensejar a remessa dos autos ao Ministério Público para adoção das medidas legais cabíveis, independentemente da aplicação da multa instituída no artigo 236 e seu parágrafo único do Regimento Interno desta Corte de Contas.

Ao ensejo, protestos de consideração.

  
Leisa Nunes Spínola  
Diretora da Secretaria da  
Câmara dos Municípios  
1ª Câmara

Exmo. Sr.  
Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros  
Av. Dr. João Luiz de Almeida, 40  
39400-000 - Montes Claros - MG

JSBR/cr





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)**

Av. Cula Mangabeira, nº 211, CEP 39.401-002 - Montes Claros - MG.

- Consultoria Jurídica -

**LEI Nº 2.905, DE 30 DE MAIO DE 2001.**

**CONVALIDA ATOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL,  
REFERENTES AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE  
1998.**


O povo do município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Ficam convalidados, sob a forma de Créditos Especiais, os Créditos Suplementares abertos ao Orçamento do Município de Montes Claros, do exercício financeiro de 1998, no valor de R\$ 389.366,28 (trezentos e oitenta e nove mil, trezentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos).

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Montes Claros (MG), 30 de maio de  
2001.

  
**Jairo Ataíde Vieira**  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)**

*Av. Cula Mangabeira, nº 211, CEP 39.401-002 Montes Claros - MG.*

*- Consultoria Jurídica -*

**LEI Nº 2.579, DE 17 DE ABRIL DE 1998.**

**AUTORIZA O MUNICÍPIO A PROCEDER  
REPASSE DE RECURSOS A ENTIDADES E  
ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

O povo do Município de Montes Claros - MG., por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a proceder o repasse direto de recursos provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social e Fundo Estadual de Assistência Social, concedidos mediante Lei específica Federal ou Estadual, a entidades e organizações de Assistência Social, de direito público ou privado, devidamente registradas no Conselho Nacional de Assistência Social e inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social.

**Parágrafo Primeiro** - As entidades de que trata este artigo, quando do setor privado, deverão possuir o título declaratório de utilidade pública, como condição para firmarem convênio com o Município, sem prejuízo de outros requisitos que lhe possam ser exigidos, a fim de se tornarem beneficiárias dos recursos a serem repassados, na forma da presente Lei.

**Parágrafo Segundo** - O repasse dos recursos a que se refere este artigo será efetivado através de convênio a ser firmado entre o município e a entidade beneficiária.

**Art. 2º** - Para atender as despesas com a execução desta Lei, fica o Executivo autorizado a abrir crédito especial que se fizer necessário no orçamento, consignado no Fundo Municipal de Assistência Social, com a utilização dos recursos transferidos intergovernamentalmente pela União e pelo Estado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)**

**Av. Cula Mangabeira, nº 211, CEP 39.401-002 Montes Claros - MG.**

***- Consultoria Jurídica -***


publicação.

**Art. 3º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua

**Art. 4º -** Revogam-se as disposições em contrário.

de abril de 1998.

Prefeitura Municipal de Montes Claros/MG., 17

  
**Jairo Ataíde Vieira**  
Prefeito Municipal





# MONTES CLAROS

ESTADO DE MINAS GERAIS

## DECRETO Nº 1662/A

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 1o. , DA LEI Nº 2.579, DE 17/04/98.

O Prefeito Municipal de MONTES CLAROS , no uso de suas atribuições conferidas por lei, DECRETA:

ART. 1o - Fica aberto o credito suplementar no orcamento do corrente exercicio, para suplementar a(s) seguinte(s) dotacao(oes) orcamentaria(s):

ORGAO 15 - SECRETARIA DE ACAO SOCIAL	R\$	158.467,28
15 03 - DIVISAO DE ASSITENCIA SOCIAL	R\$	158.467,28
15.00.000 - ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	R\$	158.467,28
15.81.000 - ASSISTENCIA	R\$	158.467,28
15.81.486 - Assistencia Social Geral	R\$	158.467,28
4.032 - REP.REC.EXT/ORG ASSIST. SOCIAL	R\$	158.467,28
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES		
3.2.0.0 - TRANSFERENCIAS CORRENTES		
3.2.3.0 - TRANSF. A INSTITUIC. PRIVADAS		
3.2.3.1 - SUBVENCOES SOCIAIS	R\$	158.467,28
TOTAL DAS SUPLEMENTACOES ....	R\$	158.467,28
CENTO E CINCOENTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E VI E OITO CENTAVOS *****		

ART. 2o - Para ocorrer ao disposto no artigo anterior, fica parcialmente anulada(s) a(s) seguinte(s) dotacao(oes) orcamentaria(s)

ORGAO 06 - SEC.PLANEJAMENTO E COORDENACAO	R\$	158.467,28
06 03 - DIVISAO ENGENHARIA E PROJETOS	R\$	158.467,28
13.00.000 - SAUDE E SANEAMENTO	R\$	158.467,28
13.76.000 - SANEAMENTO	R\$	158.467,28
13.76.448 - Saneamento Geral	R\$	158.467,28
1.004 - Ret.Canál.Urb.Rio Vieir.II,III	R\$	158.467,28
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL		
4.1.0.0 - INVESTIMENTOS		
4.1.1.0 - OBRAS E INSTALACOES		
4.1.1.0 - OBRAS E INSTALACOES	R\$	158.467,28


DECRETO ... 1662/A (CONTINUACAO)

TOTAL DAS ANULACOES ..... R\$ 158.467,28  
CENTO E CINCOENTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E SETE REAIS \*\*\*\*\*  
E VINTE E OITO CENTAVOS \*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ART. 3o - Revogadas as disposicoes em contrario, este Decreto entrara em vigor na data de sua publicacao

MONTES CLAROS, 17 DE ABRIL DE 1.998

  
-----  
PREFEITO MUNICIPAL  
**AIRO ATAÍDE VIEIRA**  
PREFEITO DE MONTES CLAROS

  
-----  
SECRETARIO DA FAZENDA  
**Henrique Tondineli Filho**  
Sec. Municipal Fazenda